



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia primeiro de outubro de dois mil e treze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador Gilson Antônio Marques. O Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e treze foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. O Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências recebidas:

- 1) Cartão da Associação Comunitária Bairros Alvorada e Parque Santo Antônio; parabeniza os componentes desta Casa Legislativa pela passagem do Dia do Vereador e deseja-lhes muitos sucessos, paz e saúde;
- 2) Ofício 285/13 do Gabinete do vereador Gilson Antônio Marques; informa que o vereador está acamado, com problemas de saúde, impossibilitado de comparecer a esta reunião. Cumprimenta os idosos de Nova Lima, celebrando o Dia Internacional do Idoso; manda seu abraço a todos os vereadores desta Casa, celebrando o Dia Nacional do Vereador, ambos comemorados na data de hoje;
- 3) Ofício do Presidente do PSL-MG, Agostinho Neto; indica o vereador Leci Alves Campos como líder da bancada desta agremiação junto à Câmara Municipal de



Nova Lima / MG. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.348/2013, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dispõe sobre a apresentação de artistas de rua nos logradouros públicos do Município de Nova Lima e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou o vereador Leci Alves Campos como Presidente da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição; 2) Projeto de Decreto Legislativo nº 264/2013, autoria da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, que “Concede o Título de Cidadania Honorária à pessoa que indica e contém outras providências” – Senhora Meriglei Borges Silva Simim. Encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores José Guedes, André Luiz Vieira da Silva e Leci Alves Campos, para emissão de parecer. O vereador Leci Alves Campos falou: “gostaria de registrar os meus cumprimentos à Secretaria da Casa por nos encaminhar na pauta todos os pareceres que fazem parte da reunião de hoje, em virtude de que às vezes a gente faz a votação de algum projeto e o parecer tramitou sem a gente ter a cópia. Então, isso pode nos dificultar de dar um voto mais concreto e mais sincero sobre o projeto. E a presença desses pareceres em nossa pauta é muito louvável. E hoje a Secretaria fez isso, gostaria de cumprimentá-los e que continuem nos passando os pareceres com antecedência. Muito obrigado”. O Senhor Presidente agradeceu o vereador Leci pelo elogio à Secretaria. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “Senhor Presidente, gostaria de justificar ao Senhor



que o Projeto de Lei nº 1.333/2013 está na nossa Comissão e nós estamos pedindo ao Senhor mais uma semana de prazo porque hoje nós recebemos todas as informações pedidas na prefeitura”. O Senhor Presidente concedeu o prazo. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 258/2013, que “Rejeita as Contas do Município de Nova Lima relativas ao exercício de 2007”. A Comissão se pronunciou pela aprovação das Contas da Prefeitura Municipal de Nova Lima, exercício de 2007, com a ausência da assinatura do vereador José Guedes, Relator, no parecer. O Senhor Presidente informou: “lembrar os vereadores de que esse projeto entra em votação na semana que vem em Plenário. Se algum vereador quiser pedir vistas no atual processo, tem que ser hoje e terá dois dias porque a próxima terça é o último prazo para votar o projeto. Ele entra em votação na próxima terça-feira, sem pedido de vista”; 2) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 263/2013, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Capitão Bruno D’Assunção Coelho”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.337/2013, que “Dispõe sobre a redução da carga horária diária dos servidores públicos municipais detentores do cargo público efetivo de Bibliotecário, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas; 4) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei



nº 1.338/2013, que “Concede o nome de Dr. Sebastião Fabiano Dias à Policlínica Municipal da Secretaria de Saúde e contém outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 5) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.339/2013, que “Cria Clínica e ou Hospital Veterinário Municipal da forma que especifica e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. O Senhor Presidente registrou que o vereador Flávio teve que se ausentar por motivo de força maior; 6) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.340/2013, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Continental Futebol Clube. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 7) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.341/2013, que “Dá denominação às futuras instalações do Museu do Rádio a ser inaugurado no Cine Ouro” – José de Mattos Coelho. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 8) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.342/2013, que “Dispõe sobre o direito de uma folga anual para Servidores Públicos Municipais de Nova Lima para a realização de exames de prevenção do câncer de próstata”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Saúde Pública; 9) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.343/2013, que “Dispõe sobre a apresentação de artistas locais na abertura de shows musicais



nacionais e internacionais realizados no Município de Nova Lima, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 10) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.344/2013, que “Dispõe sobre a marcação de consultas e exames no prazo máximo de quinze dias corridos para pessoas a partir de 60 anos de idade e portadores de câncer de qualquer idade”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais; 11) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.346/2013, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Rua Francisco Guedes Magalhães. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais; 12) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.347/2013, “Dá denominação a logradouro público que menciona além de dar outras providências” – Praça Militão Ferreira Dias. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.329/2013, que “Dispõe sobre a concessão de meia-entrada para professores da rede pública em estabelecimentos que promovam lazer, entretenimento, esportes e cultura, no âmbito do Município, na forma que menciona”. Em discussão, a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira propôs emenda: “a minha recomendação é a supressão do parágrafo único do artigo primeiro do referido projeto, que diz: ‘A meia-entrada corresponderá sempre à metade do valor do ingresso cobrado,



ainda que se trate de preço promocional ou com desconto sobre o valor normalmente cobrado'. Eu acho que isso, Senhor Presidente, vereadores, irá trazer problemas. Fiquei preocupada, Senhor Presidente, porque, além de ser a metade, é a metade da metade. Isso pode acarretar dois grandes problemas que eu considero. Primeiro, o empresário ou produtor da peça teatral ou do cantor que vier aqui pode colocar o valor lá nas alturas, cobrar alto. Por quê? Ele, o produtor, não é a prefeitura que faz o evento, é ele quem faz o evento. A prefeitura aluga o espaço para ele. Então, ele pode colocar o preço lá nas alturas para compensar o que vem aí. Outra coisa, se nós vamos pedir a metade da metade da metade para os professores, por que não para os idosos? Por que não para os estudantes? Porque aí envolve todo mundo. Então, essa é uma preocupação que eu tenho. E outra preocupação que eu tenho é que nós podemos esvaziar a vinda de produção para o Teatro de Nova Lima. Eu tenho medo disso, de esvaziar. Por isso eu gostaria de colocar esta emenda". O vereador Leci Alves Campos comunicou que também tem uma emenda. O Senhor Presidente colocou a emenda da vereadora em discussão. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse: "vereadora Ângela Lima, com todo o respeito que lhe tenho, tenho certeza de que a intenção da vereadora é contribuir para a melhoria da proposição, não tome minhas palavras como sendo contrárias do ponto de vista do que se colocou. Ou melhor, é. Quando a Senhora coloca que o produtor pode colocar os preços nas alturas, esse preço é regido pelo mercado. Uma peça teatral em Belo Horizonte, com toda certeza, não é mais cara nem mais barata que na cidade de Nova Lima". O vereador Leci Alves Campos informou que em Belo Horizonte é muito



mais caro. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “então ótimo, se ela é mais cara lá, de maneira nenhuma vai ser mais cara aqui. Você concorda comigo, Leci? Com o que coloquei, onde quero chegar? Se um ingresso para uma peça teatral em Belo Horizonte for cem reais e aqui for cinquenta já está mais barato. Esse é o meu primeiro ponto de vista com relação à questão de ser mais caro em função da meia-entrada. Segundo, a ideia do projeto, a alma desse projeto é justamente beneficiar os professores da rede pública, que são pessoas que teoricamente precisam de mais conhecimento, essa coisa toda. Quando a Senhora coloca por que não os idosos, por que não os estudantes, por que não A, B ou C? Eu perco a essência do projeto, perco a alma do projeto, perco a ideia de beneficiar aquele grupo específico com o projeto. Esse é mais um ponto de vista meu. Em terceiro lugar, de qualquer maneira, estudantes já pagam meia-entrada. Eu não vejo os preços dos ingressos aumentarem em função dessa meia-entrada dos estudantes”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “mas não é isso. Não é isso que o Senhor está propondo, vereador”. O vereador Silvânio Aguiar Silva afirmou: “estou propondo meia-entrada para os professores”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira disse: “o Senhor leu o parágrafo único? ‘A meia-entrada corresponderá sempre à metade do valor do ingresso cobrado, ainda que se trate de preço promocional ou com desconto sobre o valor normalmente cobrado’. Eu estou falando o seguinte, por exemplo, vem uma peça aqui e eu vou cobrar meia-entrada de todo mundo, então é uma promoção, a gente vê isso, é uma promoção. Não sou contra o projeto para os professores, acho que foi louvável. A minha preocupação são esses dois pontos que



estou colocando para o Senhor”. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “vereadora, na prática, e aí o vereador Leci tenho certeza que ele pode me ajudar, os promotores de eventos, no geral, fazem isso. Eles aumentam o preço, estou certo ou estou errado, Leci? Eles aumentam o preço já pensando na meia-entrada do estudante. Então, eles não vão fazer promocional aqui pensando que nós temos professores, até porque a lei limita isso muito bem, quinze por cento, com a emenda que a própria Casa fez”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “a emenda foi da nossa Comissão de Orçamento. A minha preocupação é por que só para uma categoria, a metade da metade?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva afirmou: “não existe metade da metade não”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira disse: “está aqui”. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “é claro que não, aí está muito claro”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “então, eu estou interpretando errado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva afirmou: “se o preço for promocional, vai ser a metade a mesma coisa, assim como é para o estudante”. O Senhor Presidente disse: “deixa eu ler para a Sua Excelência, para os vereadores entenderem. ‘Parágrafo único: A meia-entrada corresponderá sempre à metade do valor do ingresso cobrado, ainda que se trate de preço promocional ou com desconto sobre o valor normalmente cobrado’. Ele está abrangendo o ingresso num todo, o que ele vem é cinquenta por cento, não é isso?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “é porque na prática, o produtor faz assim, valor promocional cem reais. Porque ele sabe que os alunos vão pagar só cinquenta.





A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “não, não é”. O Senhor Presidente afirmou: “o que eu entendi aqui está bem claro, meia-entrada mesmo sendo promocional. O empreendedor põe o preço que ele quer, vai ter que ser cobrada a metade, só isso”. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse: “é exatamente isso, o Senhor entendeu direitinho”. O vereador Leci Alves Campos registrou: “senhor vereador, vou falar uma experiência que eu tenho sobre isso. Como acontece com as produtoras, principalmente aquelas que já atuam no Palácio das Artes, no Sesc Paladium, é assim que a gente fazia, eles tinham que ter noção se a casa ia dar movimento, se a casa ia ter plateia, para poder trazer as peças, principalmente com artistas renomados. Eles colocavam preço assim, um exemplo, inteira cem reais; meia-entrada cinquenta reais; promocional cinquenta reais até o dia tal. Ou seja, o promocional dá direito a quem paga inteira também pagar meia. Agora, do jeito que o Senhor está explicando aqui, dá a entender que no seu caso pagaria vinte e cinco. Você está duplicando o direito. Está escrito”. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “tem um prazo, vereador. O senhor colocou muito bem”. O vereador Leci Alves Campos afirmou: “isso é um exemplo, mas nada impede que a produtora coloque o preço promocional até o dia do espetáculo. Agora, o que a vereadora Ângela está defendendo aqui é essa questão de ocorrer quatro tipos de preço, ou seja, inteira, meia, promocional e meia promocional”. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse: “que é a prática do mercado”. O vereador Leci Alves Campos registrou: “não existe meia promocional. Promocional é preço único”. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “meia promocional lógico que não”. O vereador



Leci Alves Campos afirmou: “mas o seu artigo fala isso”. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse: “mas a meia aí está se referindo ao preço do projeto. Se o cara colocou lá como promocional, que ele pode usar um artifício desse tipo, ele colocou como promocional, ele vai ter que pensar duas vezes se coloca ou não. O que eu estou colocando é muito simples, gente”. O Senhor Presidente registrou: “vereador, é bem clara a primeira linha, ‘A meia-entrada corresponderá sempre à metade do valor do ingresso cobrado’”. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “o promotor pensa como vai fazer, gente”. O vereador Leci Alves Campos afirmou: “só pra concluir, existe uma lei estadual, vereadores, que já define quantas poltronas podem ser vendidas por meia-entrada. Se atingiu aquele limite, chegou expectador, ele tem direito à meia-entrada, mas os ingressos de meia-entrada esgotaram, ele tem que pagar inteira. Porque é assim que funciona segundo a lei estadual. Então, para nós aqui não importa se é promocional, se é meia ou inteira, só importa que a lei estadual define o número de ingressos”. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse: “percebo que o projeto precisa ser melhor discutido, vou pedir vistas do projeto”. O Senhor Presidente comunicou: “o projeto do vereador está retirado”. O vereador Leci Alves Campos registrou: “tem que tirar de pauta, não pode pedir vistas mais não”. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “vou retirá-lo de pauta e vamos negociar”. O vereador André Luiz Vieira afirmou: “eu só queria colocar, Senhor Presidente, que eu entendi perfeitamente a colocação do vereador Silvânio. É uma estratégia de todos os empresários do ramo, disso ninguém duvida, de colocar um preço fantasia, mas na verdade o preço real é a metade. Para fugir das promoções, para fugir



dos estudantes que já têm meia-entrada, eles colocam a meia-entrada que na verdade é o preço oficial, como se fosse meia. Então, eles jogam o preço lá em cima e fazem isso. A intenção do vereador foi de colocar, eu entendi dessa forma, entendi... É outra questão. Isso é o que acontece”. O vereador Leci Alves Campos explicou que o cálculo do número de poltronas para meia-entrada é feito com base na lei estadual, mas para promocional não tem limite de poltronas. O Senhor Presidente indagou à vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira se pode deixar a emenda dela para a próxima semana. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira respondeu: “claro, sem dúvida. Eu não quero trazer nenhum problema para o projeto, quero é deixar as coisas bem claras”. O Senhor Presidente comunicou que o projeto foi retirado de pauta pelo autor; 2) Projeto de Lei nº 1.330/2013, que “Concede o nome de Wilson Fernandes Reis “Coutinho” ao Ginásio Municipal que indica e contém outras providências”. Em última votação, aprovado por oito votos e encaminhado à sanção; 3) Projeto de Lei nº 1.331/2013, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de profissional de educação física ou acadêmico nas academias a céu aberto no município de Nova Lima”. Em última votação, aprovado por oito votos e encaminhado à sanção; 4) Projeto de Lei nº 1.332/2013, que “Desvincula o anexo da Escola Municipal que menciona, concede o nome de Professor Cássio Magnani e contém outras providências”. Em última votação, aprovado por oito votos e encaminhado à sanção; 5) Projeto de Lei nº 1.334/2013, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade do ‘exame de frênulo lingual’ nos recém-nascidos no município de Nova Lima e dá outras providências”. Em primeira votação, aprovado por oito votos. Na



sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: Do vereador José Guedes: Requer ao Prefeito Municipal a iluminação dos campos Nacional e Morro Velho. Aprovado, oito votos. Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Poder Executivo a colocação de quebra-molas na Rua Uberlândia a cinquenta metros antes do cruzamento com a Rua Rio Tocantins, no Bairro Nossa Senhora de Fátima. Aprovado, oito votos. Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer que esta respeitosa Casa envie Moção de Pesar para a família do Sr. Cláudio Antônio Moraes Seabra e à família da Sra. Flávia Regina Nascimento. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos solicitou permissão ao autor para assinar a moção da Sra. Flávia Regina. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira solicitou permissão ao autor para assinar as duas moções. O vereador Silvânio Aguiar Silva retirou de pauta uma moção de pesar semelhante a esta, e também solicitou permissão ao autor para assinar a moção da Sra. Flávia Regina. O Senhor Presidente também solicitou permissão ao autor para assinar a moção da Sra. Flávia Regina. O autor permitiu que os quatro vereadores assinassem. Aprovado, oito votos. Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Prefeito Municipal a instalação de iluminação na Travessa G no Bairro Chácara Bom Retiro. Aprovado, oito votos. Da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer ao Chefe do Poder Executivo que determine à Secretaria Municipal de Obras e Serviços proceder à limpeza da Rua José Sabino Duarte, antiga Avenida Morro Velho, localizada atrás do Liceu Santa Maria. Aprovado, oito votos. Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Requer ao Prefeito Municipal a construção de um vestiário para arbitragem, a reforma do vestiário



para atletas e instalação do portão de entrada do Campo Canadá II, no Bairro Jardim Canadá. Aprovado, oito votos. Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Prefeito Municipal que mantenha o Programa Cultural Quarta em Seresta. Aprovado, oito votos. Do vereador José Guedes: Requer ao Prefeito Municipal a canalização de água para o campo do Nacional e do Morro Velho. Aprovado, oito votos. Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Senhor Presidente sejam solicitadas informações ao Senhor Secretário de Educação no sentido de esclarecer esta Casa sobre as providências administrativas tomadas diante do fato ocorrido na data de quatro de setembro de dois mil e treze na Escola Municipal Vicente Estevam dos Santos, onde supostamente ocorreu o furto de um telefone celular e posteriormente a maneira como foi efetuada a abordagem policial. Em discussão, a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira disse: “penso que o vereador Silvânio Aguiar está coberto de razão. Acho que a gente tem que ter um cuidado muito grande com os nossos adolescentes, porque ali eram todos alunos adolescentes e eles ficaram expostos. Agora, a minha preocupação também, vereador Silvânio, é com as mães que permitiram que fossem tiradas fotos dos filhos. Acho que está faltando também uma orientação para as mães sobre esses procedimentos, porque são mães simples que moram na periferia. Acho pertinente o seu requerimento. Espero que a Secretaria de Educação tome as devidas providências para que isso não ocorra mais e não aconteça também em outras escolas porque isso, esse tipo de atitude de aluno hoje está muito comum, sabe, vereador? Os meninos estão muito desprovidos de ações positivas nas vidas deles. A gente vê a droga solta, esses meninos sendo usados como



aviõezinhos, isso não é só característica de lá não, é característica de outros lugares também em Nova Lima. A gente tem que ter esse cuidado e eu espero realmente que o Secretário de Educação tome as devidas providências e faça os esclarecimentos necessários a esta Casa”. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “com relação às fotos, eu coloquei a explicação das fotos no jornal, mas eu penso, não tenho conhecimento da área, estou falando aqui sem nenhum conhecimento, com toda sinceridade, eu penso que elas foram usadas de forma correta. Sempre que vejo fotografias de menores em jornais, geralmente tem aquela tarja. Então, eu acredito e quero crer que elas foram usadas de forma correta. Eu acredito que o fato de aquelas mães deixarem filmar seus filhos é uma forma, um grito, uma indignação daquelas mães, no sentido de colocar ‘estou me expondo, estou colocando aqui porque meus filhos foram expostos na escola’. No requerimento eu fiz questão de relatar isso com muito cuidado porque a gente tem muito respeito pela Polícia Militar. A própria mãe, quando fez o relato dela, até para a Polícia mesmo, no boletim de ocorrências está muito claro, ela fala e eu fiz questão de deixar isso claro no meu requerimento, ela fala que o menino dela não é fácil mesmo não. O menino dela é ferrinho de dentista. Só que daí a realmente o menino apanhar dentro da escola, e de uma escola que tinha professores, de uma escola que tinha supervisores, de uma escola que tinha diretores, isso tudo acontecer. Segundo o que a mãe me fala, a professora pediu à Polícia, isso não são palavras minhas, são palavras que estão ali no boletim de ocorrência, a diretora pediu ‘olha, esses meninos estão muito bagunceiros, em outras palavras, dá um corretivo neles



ai'. Fechou a sala e deixou dez meninos dentro de uma sala de aula com os policiais. Quer dizer, eu tiro a minha responsabilidade e façam o que vocês acharem que é melhor. Eu acho que não é o procedimento mais certo, eu rogo inclusive à Comissão de Direitos Humanos da Casa que a gente possa fazer um acompanhamento. Vereadora Ângela Lima, esse relato dessas mães no Bela Fama não é o primeiro porque nós já tivemos uma situação semelhante com a Guarda Municipal na Escola Ana do Nascimento, que eu pedi esclarecimentos direto na Secretaria de Segurança, Trânsito e Transportes e até hoje não obtive resposta também. Mas lá teve um fato muito semelhante, em que as crianças colocaram o nome do Guarda Municipal, está em boletim de ocorrência também. Então, pode ser que isso esteja acontecendo no município com muito mais frequência do que a gente imagina. Daí eu acho que é obrigação dessa Casa tomar as providências necessárias e eu sei que não é para resolver não, porque a gente sabe das dificuldades que hoje temos para criar os nossos filhos, os meninos não estão fáceis mesmo não. Mas em qualquer lugar é inaceitável que um policial bata em um menino, mas dentro da escola é pior ainda". O Senhor Presidente falou: "eu sugeri ao vereador, antes de ele entrar com o requerimento, que encaminhasse, porque eu encaminhei um requerimento idêntico a esse, não trouxe para o Plenário, que chegou na Presidência hoje, de uma mãe, quase que idêntico, à Comissão de Direitos Humanos da Casa. E eu acho que o requerimento cabe à Secretaria de Educação para explicar o que aconteceu. O vereador citou que a professora saiu e deixou os alunos a 'Deus dará' com a porta fechada. Ela tem que dar esclarecimentos. Então são duas, uma para a Comissão de



Direitos Humanos da Casa e a outra, a Secretaria de Educação tem que dar conta disso. É simplesmente isso. Agora, acho que se eu fosse Sua Excelência fazia um requerimento verbal pedindo à Secretaria de Educação que explicasse o fato e mandava uma cópia para a Comissão de Direitos Humanos”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “quero aproveitar e convidar os vereadores presentes, amanhã à noite, às dezenove horas, nós vamos ter um encontro no Teatro Municipal, onde o Conselho Municipal de Educação vai discutir a violência nas escolas. Em particular, violência para o professor, mas eu acho que é o momento também de a gente discutir a violência que está acontecendo com as crianças. Amanhã, às dezenove horas, no Teatro Municipal”. Aprovado, oito votos. Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer seja enviada Moção de Pesar à família enlutada da Sra. Maria Francisca de Queiroz. Aprovado, oito votos. Do vereador Leci Alves Campos: Requer seja enviada Moção de Pesar à família enlutada da Sra. Eni Vieira do Rosário. Aprovado, oito votos. Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer seja enviada Moção de Pesar à família enlutada do Sr. Wilson Fernandes. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos disse: “Senhor vereador, muito louvável a sua moção. Eu estive no velório e confesso que, no momento em que percebi que estavam servindo pipoca, me emocionei e fui até embora. Sei que foi uma homenagem, mas aquele momento ali ficou muito marcante. Os vereadores Leci Alves Campos, Alessandro Luiz Bonifácio e Fausto Niquini Ferreira solicitaram permissão ao autor para assinarem a moção. O autor permitiu. Aprovado, oito votos. O vereador André Luiz Vieira da Silva propôs requerimento verbal: “eu gostaria que esta





Casa solicitasse ao prefeito que encaminhasse a relação com os nomes e alocação de todos os cargos comissionados na prefeitura, do primeiro e do segundo escalão”. Aprovado por oito votos. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio propôs requerimento verbal: “solicito à Casa que envie Moção de Aplausos pela Festa do Mel neste final de semana. Parabenizar a Secretaria de Trabalho e Renda, em nome do Secretário Geraldo Magela e do Modestino da Emater. E também parabenizar a Secretaria de Turismo pela Rota dos Sabores. Quero também parabenizar a Coordenadora do Idoso, Andrea Felix, pelo grande evento hoje, hoje é Dia do Idoso, também uma Moção de Aplausos para a Andrea Felix, responsável pela futura Coordenadoria do Idoso em nossa cidade”. Aprovado por oito votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “quero fazer uma colocação sobre o meu requerimento da escola do Bela Fama, só para fazer justiça. Vejo o pessoal da imprensa aqui, todos eles, quando a gente coloca que foi de uma forma ruim que a gente viu os nossos filhos, eu não estou fazendo menção ao trabalho da imprensa no nosso município, muito antes, pelo contrário. Foi chamada a atenção pela imprensa, então, quando eu coloco em meu requerimento essa questão da imprensa aqui, de forma nenhuma estou fazendo uma crítica pejorativa ao trabalho da imprensa. Eu estou muito satisfeito com a imprensa, como ela tem trabalhado nesse sentido. É só para justificar, principalmente quando eu falo que expõe o rosto das crianças, de repente fica parecendo que não ficou legal, mas não, acho que a imprensa faz o trabalho dela e que bom que seja assim”. O Senhor Presidente propôs requerimento verbal: “pedir ao Executivo que inspecione as antenas de celulares dentro do município porque existe em



São Paulo, pode entrar no site da Secretaria de Saúde de São Paulo, tem um bairro que se chama Vila Mariana, num espaço de quinhentos metros, comprovadamente, descobriram há quase dois anos, todos em volta, o pessoal está com câncer, todos. Estou pedindo que não se instale uma antena dentro do município de Nova Lima sem ter um estudo extremamente especializado feito por pessoas especializadas nesta área. Eu vejo antenas aqui, todos nós estamos vendo que existem em alguns lugares, inclusive tem uma indo para Belo Horizonte, do lado esquerdo, perto do Posto do Jambreiro, muitas casas embaixo dela. Você imagina se isto realmente, porque lá foi comprovado, é complicado, é difícil, você imagina. O requerimento é para que o município não autorize e faça um estudo do que já tem dentro do município. Eu não tenho capacidade para falar qual órgão o município tem que contratar para fazer este estudo, não sei se é a Secretaria de Meio Ambiente. Eu entendo que isto tem que ser feito porque está vindo aí mais banda larga, mais ampliação de telefonia celular. Nova Lima é uma cidade muito alta, é uma cidade que eles preferem instalar este tipo de antenas. Acho que o município tem que ter uma lei específica para isto, se for comprado isto, tem que estar bem longe das residências. Realmente, isto é comprovado no site da Secretaria de Saúde de São Paulo, todos num raio de quinhentos metros estão com câncer, Vila Mariana”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “só vou complementar. O Dr. José Gualberto tem uma ação a respeito dessas antenas com um estudo comprovado a respeito do câncer. Então, realmente a solicitação do Senhor faz-se necessária para que a gente tome providências o mais rápido possível. Eu estive com ele há mais tempo, ele mostrou para



gente a ação que ele já protocolou sobre essas antenas. Acho que merece, realmente, uma discussão maior em torno da colocação dessas antenas no município”. O Senhor Presidente afirmou: “e os vereadores que quiserem, durante a semana, procurar a nossa Assessoria Jurídica e encorpar esse requerimento com sugestões, porque isto é em benefício da população de Nova Lima, até porque está vindo muita ampliação de celulares, de banda larga, etc.”. O vereador José Guedes disse: “gostaria, se o Senhor permitir, de assinar com o Senhor esse requerimento. É um requerimento muito importante. Há cerca de oito anos, uma empresa de telefonia tentou colocar antenas atrás do Estadual, em dois lotes vagos. Então, a Associação me convidou para uma reunião no Estadual, nós lutamos, só que a atual, como a vereadora disse, o Dr. José Gualberto é morador do bairro, ex-presidente da Associação. Pelo que nós estamos sabendo, essa empresa ingressou na justiça, nós, na época, discutimos muito com eles, que se quisessem colocar, sugerimos o terreno atrás do hospital que não tem moradia. Então, eles entraram na justiça, parece que federal, para conseguir. Então, é muito bom esse requerimento do Senhor, está levantando uma lebre, e recentemente nós ouvimos conversas de que eles estão insistindo na justiça para colocar as antenas aqui”. O Senhor Presidente registrou: “a Sua Excelência está autorizada a assinar o requerimento. Eu já estou propondo aos vereadores que durante a semana, quiserem ampliar, encorpar o requerimento, a única coisa que eu peço no requerimento é que a gente podia dar um prazo ao município de pelo menos dois meses ou três meses, que ele contrate os serviços e possa dar uma resposta a isso. Não só a essa Casa, mas para a população de



Nova Lima. Pelo o que eu li e estava vendo, é engraçado, eles procuram as pessoas no morro mais pobre, oferecem um aluguel de uns dez, quinze mil reais, a pessoa fica louca por aquilo e não sabe que aquilo vai ser a desgraça da vida dela. Isso é uma coisa muito séria, espero que esse requerimento, durante a semana, possa ser feito com a Procuradoria e que o prefeito dê valor a esse requerimento”. O vereador André Luiz Vieira falou: “só aproveitando que o Senhor está falando acerca das antenas, a gente está naquela Comissão Especial analisando aquela questão da rua lá em cima e a gente verificou, também, que foram instalados lá, diversos outdoors e não é nem um outdoor desses simples, é daqueles eletrônicos, mas são vários ao longo da rua que eles estão criando e que, segundo o que o Senhor mesmo informou, tem que passar por aqui a construção daquela rua”. O Senhor Presidente afirmou: “tem que ser afetada pela Casa”. O vereador André Luiz Vieira disse: “a gente, na Comissão, já que vai se tocar nesse assunto aí, eu não sei o que está acontecendo com a prefeitura porque a gente convocou, o vereador Leci pode falar até melhor, nós convocamos aqui o Secretário de Meio Ambiente e ele também não sabia explicar quem deu autorização para colocar aqueles outdoors lá. Quer dizer, então, se o Executivo não sabe...”. O Senhor Presidente registrou: “o município ainda não tem legislação para outdoors, como Belo Horizonte já tem. E é uma perda financeira muito grande para o município. Isso não é desse governo, é lá para trás que já devia ter feito. Ali tem autorização da Secretaria de Meio Ambiente, está dentro dos padrões, parece que tem que afastar três, quatro ou cinco metros, não sei. Conversei com a Cátia, ex-Secretária de Meio Ambiente, exatamente querendo estar



bem ciente do que acontece com isto”. O vereador André Luiz Vieira falou: “então, tem que comunicar ao Secretário atual”. O Senhor Presidente afirmou: “quero dizer que nós não temos legislação. No Código de Posturas existe outdoor, mas não tem legislação específica nenhuma que possa ter uma coordenação da instalação disso. Acho que isso é um desafio para o Executivo porque ele tem que fazer porque o município está perdendo dinheiro. Vai para o Jardim Canadá é outdoor para todo lado e o município não arrecada nada. Esta é uma discussão que tem que acontecer. Essa aprovação passa pela Casa. Eu até sugiro, se as Suas Excelências concordarem, pede um projeto para Belo Horizonte para a Casa estudar porque isso é um trabalho nosso mesmo”. O vereador Leci Alves Campos disse: “Senhor Presidente, esse projeto de organização dos outdoors já está sendo preparado. Essa questão da autorização, o Dr. Roberto Messias, Secretario de Meio Ambiente, já está fazendo um projeto e vai encaminhar a esta Casa”. O Senhor Presidente registrou: “está bom, ótimo”. O vereador André Luiz Vieira falou: “só colocando aqui que na reunião da Comissão com o Secretário, que foi muito atencioso, ele desconhecia totalmente a questão da autorização de lá, quem colocou, quem autorizou. Por mais que não haja legislação, tem que haver autorização do município. Autorização dada pela Secretaria de Meio Ambiente”. O Senhor Presidente afirmou: “me parece que ali, pelo que eu sei, o que está errado é a rua e supostamente, eu não sei, foi palavra de algum vereador aqui, que o prédio está aprovado. Isso está errado, se estiver. Agora o outdoor, na minha opinião, ele está respeitando lá. Porque tiraram ele e voltaram com ele para dentro do lote”. O vereador André Luiz Vieira indagou: “a



informação que o Senhor tem é uma informação de que tem uma autorização na Secretaria de Meio Ambiente?”. O Senhor Presidente respondeu: “não; tem aprovação, eu tenho certeza absoluta. Ele tem poder para aprovar este outdoor...”. O vereador André Luiz Vieira disse: “não estou questionando isso, estou questionando que o Secretário falou que não tem, que desconhecia”. O Senhor Presidente registrou: “o Secretário está equivocado, eu conheço. Estou te dando a resposta. Eles têm documentações de todos outdoors nas Seis Pistas aprovados no município. Na minha opinião, o que está errado ali é aquela via que tem que ser afetada por esta Casa, até porque a pista de duplicação de Nova Lima já foi duplicada pelo DER. E ali agora quem pode afetar é só a Câmara, nem o Executivo pode afetar, ele não tem poder. Só a Câmara. Sabe por que? Porque fala no projeto lá que ali é uma pista de desaceleração e aceleração, como você entra no trevo do Esopo e vai acelerar como? Então, você vai tombar todo o carro para acelerar e desacelerar ali. Que pista de aceleração e desaceleração é essa? O DER não tem poder para fazer aquilo lá. Passou por cima do município e passou por cima desta Casa. E está aprovando um projeto lá que não tem zoneamento, estou só dando uma explicação. Porque de acordo com o TAC o zoneamento dali foi cassado, a Promotora entrou na justiça e o prefeito anterior não pôde aprovar o projeto. Então, ali, se estiver aprovado, a rua já está ilegal e vai ser o prédio. Só estou lhe dando a informação de que o outdoor tem aprovação”. O vereador André Luiz Vieira falou: “como nós estamos numa Comissão que foi criada para investigar justamente aquela área, as obras que estão sendo feitas ali e tem ali junto das



obras a colocação dos outdoors e a Secretaria que dá autorização desconhecia, o Senhor está nos dando uma informação, esta informação a gente precisa justamente para o relatório final da inspeção em relação a todos os assuntos. O Senhor está falando que quem deu a informação para o Senhor foi a Secretária anterior?”. O Senhor Presidente afirmou: “a Secretária anterior, que não está muito longe, tem sete ou oito meses. E o outdoor prevalece uma licença por quase dois anos”. O vereador André Luiz Vieira disse: “então está bom, eu vou voltar lá no Secretário...”. O Senhor Presidente registrou: “só para sugerir à Vossa Excelência, o Secretário sabe, só perguntar para ele e falar que ele sabe, porque eu sei que ele sabe que eu sei. Eles montam um processo todinho de outdoor, apesar de não ter lei específica para isso. E eles não deixam ninguém pôr outdoor. Vai lá e tira, só com autorização. E um outdoor, sabe quanto eles cobram? Apesar que não existe lei, quase dez mil reais por uma licença de dois anos, parece que um ano e pouco, quase dez mil reais”. O vereador André Luiz Vieira falou: “então essa licença foi dada pela Secretaria?”. O Senhor Presidente afirmou: “esses outdoors tinham licença, não sei se venceu, isso não posso lhe falar. Com a Secretária de Meio Ambiente anterior, a Cátia. Porque eu a procurei na época, para falar com ela, ela mostrou as licenças que ela tinha dado. Agora, eu não presenciei o vencimento”. Aprovado por oito votos. No Grande Expediente o vereador Leci Alves Campos disse: “neste dia primeiro de Outubro comemora-se em todo o país o Dia do Vereador, instituído pela Lei Federal 7.212 de 1984. A Lei foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo então Presidente da República Brasileira, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo, nos



termos do § 2º do art. 59 da Constituição Federal, e pelo Presidente do Senado Federal, Senador Moacyr Dalla, em 20 de julho de 1984. Mais que comemorar e trocar saudações ao vereador Nélio, vereador Alessandro Coxinha, vereador José Guedes, vereador Fausto, vereadora Ângela Lima, esta data é para se refletir sobre o verdadeiro papel do vereador na sociedade, possuindo um papel importantíssimo no município. O vereador é o elo entre a população e o poder legislativo. A atuação do poder legislativo é fundamental na democracia e o vereador é peça indispensável. Reconhecido como o ‘espelho da comunidade’ e o ponto de referência dos anseios populares, o vereador atual tem, na verdade, uma responsabilidade social muito grande, que vai bem além da função de fazer leis e fiscalizar os atos do Executivo. Por estar mais presente na comunidade, em contato direto com a população, é o vereador quem recebe diariamente toda a carga de reclamações e pedidos diversos. É ele que tem que ouvir as críticas e atender o eleitor e encaminhar as demandas aos órgãos competentes. Neste Dia do Vereador, a mensagem que fica é que deve haver mesmo a entrega e doação, pois a causa é nobre e a sociedade merece ter a reciprocidade da confiança depositada. A resposta que cada vereador pode e deve dar é o trabalho, a dedicação e a intervenção sistemática junto aos órgãos competentes, no sentido de que as suas ações possam resultar na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, para o bem de toda a coletividade. ‘Ser vereador é ter consciência das necessidades do povo que lhe conferiu a missão de bem representá-lo’. Fica aqui, colegas, um fraterno e sincero abraço pelo nosso dia”. Também no Grande Expediente, o vereador José Guedes registrou: “quero parabenizar todos os meus





colegas vereadores. Na minha opinião, na classe política o vereador é o mais sofredor. Como disse o Leci, nós vivemos o dia-a-dia das pessoas, principalmente dos mais carentes. É um sofrimento quando a gente vê um município milionário, riquíssimo desses, e um morador de Nova Lima que consegue um emprego em Belo Horizonte tem que bater na porta da Câmara e pedir o vereador uma passagem. A gente fala 'você deveria ter ido na assistência social', eles respondem 'nós já fomos'. Semana passada, atendi uma meia dúzia aqui. É uma mixaria, mas a pessoa não tem aquela mixaria e o vereador tem que bancar. Estou chamando a atenção para isto, nós vivemos realmente o dia-a-dia dos mais carentes, nós realmente somos sofredores. É uma dificuldade para falar com deputados, o munícipe não consegue. E o vereador, ele entra naquela porta, todos nós atendemos com presteza. Outro assunto com relação àquela obra próxima ao Esopo. Eu, o Leci e o Pastor André, principalmente eu, não estou satisfeito com as respostas dadas à Comissão. Tudo que nós perguntamos, foram favoráveis àquela obra. Pelas informações que nós temos, aquela obra está completamente irregular, estão atropelando a Câmara e a Prefeitura. É um absurdo, quando nós indagamos sobre o corte dos eucaliptos e disseram que eucalipto é, tipo assim, feito para queimar. Não é bem assim. Vá algum morador pobre de Nova Lima cortar uma arvorezinha, um assa-peixe para ver, é uma agonia, é muita em cima. Eu não concordo com isto, eles teriam que ter, realmente, a autorização da prefeitura para o corte daqueles eucaliptos. Disseram que o DER determinou. Leci, você como Presidente, nós não estamos satisfeitos, gostaria que você convidasse o Dr. Gabriel para que voltasse novamente com o Secretário de Meio



Ambiente, convidasse o Guto, pessoa que entende do ramo, convidasse o advogado da Câmara e os dez vereadores para participar desta reunião porque eu não concordo com aquilo. Ali tem maracutaia pesada. É de estarrecer quando o Secretário diz que ali eles podem construir quantos andares quiserem, tipo aquele prédio redondo lá. Não é bem assim. Nós temos que realmente vigiar a nossa terra. Leci, eu pediria que você, um dia que eu acho mais propício na terça-feira, três e meia, para a gente ter tempo de discutir porque não fiquei satisfeito com as respostas. Veio uma funcionária da prefeitura que é novata, não conheço bem, tudo que perguntou pendeu para o lado de lá. Acho que a Câmara tem que realmente fiscalizar não só esta obra, mas outras que virão pela frente, principalmente no Vale do Sereno”. O vereador Fausto Niquini Ferreira falou: “Senhor Presidente, acho que é uma denúncia grave e o Senhor mesmo me informou, semana passada, que aquela obra a partir da segunda-feira estaria embargada. Eu tenho passado lá, já asfaltaram, estão colocando o meio-fio. Agora vem o colega vereador José Guedes dar uma informação dessas. Para quê tem a Câmara Municipal de Nova Lima? Acho que isto é uma coisa séria, vale a pena investigarmos”. O Senhor Presidente afirmou: “não adianta nada esta Casa votar requerimento, encaminhar para o prefeito, ele encaminha ao Secretário de Planejamento e o Secretario fala que lá pode tudo, e não pode. Não precisa de mim, a Casa está aqui, pode fazer um requerimento e encaminhar ao Ministério Público. Se o Secretário Gabriel não tem poder para resolver. Inclusive, palavras do vereador José Guedes, ele disse no dia que conversou comigo aqui na Casa. Ele não me encontrou na Casa, como ele conversou comigo? Não conversei com ele,



não o vi naquele dia, não o vejo há uns cinco meses. Não o procuro para nada, falar que conversei com ele é mentira. Aqui não tem que discutir muito, é encaminhar para o Ministério Público, acabou. O requerimento foi feito. A gente tem que respeitar uma coisa, o município entende que lá está legal, então vamos ver se está, só isto. Nós entendemos o contrário, vamos ver, às vezes o município está certo, às vezes nós estamos certos”. O vereador José Guedes disse: “tudo que foi conversado com a Comissão, o DER que autorizou. O DER autoriza cortar árvore, autoriza prédio?”. O Senhor Presidente registrou: “o DER já duplicou a estrada, ele agora tem cinco ou quatro metros só da ponta do asfalto, acabou com a duplicação da estrada. Onde fizeram a estrada ele não tem nenhum poder de dar projeto para ser executada aquela estrada, ela tem que ser encaminhada por lei para esta Casa, ser votada e criar a rua que, inclusive, tem que ter nome, ela não pode ficar sem nome. Foi o que eles fizeram lá e dizem que está legal”. O vereador José Guedes falou: “fico pensando com meus botões, nós estamos numa luta desgraçada para colocar uma água lá na Fazenda do Belarmino, o pessoal tomando água contaminada, trinta fossas em cima da nascente. Para abrir um asfaltozinho para passar um cano, um ano e meio a gente lutando. Para o meu espanto, chego lá perto do Esopo, tem marca de Makita para tudo enquanto é lado para passar encanamento dos ricos e lá não consigo. Eu o Guto temos ido na Copasa lutar. Isto é um abuso, a lei tem que ser feita para todos”. O vereador Leci Alves Campos afirmou: “vereador José Guedes, nós vamos convocar os nobres colegas para uma reunião como sugestão sua, na terça-feira, às quinze e trinta, e vamos contar como convidados o Guto,



o Dr. Luciano, o Dr. Gabriel e o Dr. Roberto Messias. Façamos assim uma sabatina e tiramos todas as nossas dúvidas”. O vereador José Guedes disse: “nós queremos ver a lei no papel”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “acho que resumiu já que vai convocá-los. Na verdade, a explicação que o Secretário Gabriel Gobi deu é a de que a rua está dentro do terreno particular”. O Senhor Presidente falou: “pior ainda; para virar rua tem que afetar”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “deixa eu só concluir, Presidente, por favor. A alegação que ele deu é que o município estaria sendo beneficiado porque se fosse desapropriar para fazer a rua que se tornará necessária, o município teria que arcar com a despesa”. O Senhor Presidente disse: “se o município está sendo beneficiado virou rua”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “o Senhor vai entender onde eu quero chegar. A colocação que ele deu foi a seguinte, o município está sendo beneficiado porque se nós os desapropriássemos para fazer a rua, o município teria que arcar com as despesas daquela rua. Só que aquela rua interessa ao proprietário. E mesmo que isto fosse verdade, que aquela rua fosse uma economia tão grande para o município, ainda assim não poderia sobrepor à lei. Uma pessoa particular não tem direito de fazer dentro do terreno uma rua, principalmente via pública. Então, está atropelando esta Casa comprovadamente. Estas foram as palavras dele”. O vereador José Guedes falou: “porque o proprietário lá, o Alberto, conheço há quarenta anos, só porque o homem já teve oito bancos, porque é dono lá, ele pode chegar e fazer tudo? Não pode, nós não podemos aceitar isto, isto é abuso de poder. Conheço o Dr. Alberto há muitos anos, só porque o homem tem três, quatro filhos nos Estados Unidos, já teve



oito, dez, vinte bancos, não interessa, tem que cumprir a lei. Pedir ao Senhor Presidente que marcasse uma reunião com a Dra. Ivana, nós iríamos lá ou ela viria na Câmara pelo seguinte fato, há muitos anos Nova Lima necessita do IML, Instituto de Medicina Legal, porque os nossos falecidos têm que ir para Belo Horizonte. Não é chutar, nem falar mentira, às vezes os corpos ficam em Belo Horizonte vinte e quatro horas e a família sofrendo. Fiz este requerimento, marcaram uma reunião no hospital, eu compareci, há oito anos tem um médico legista à disposição. Só que na reunião o Padre Márcio falou que a Promotora não concorda que construa o cômodo para o Instituto de Medicina Legal próximo ao hospital. No meu entendimento, tem que ser próximo ao hospital porque é no hospital que morre mais gente. Em todos os meus mandatos fico batendo nisto aqui. Agora, vem falar que a Dra. Ivana não concorda. Se realmente esta história é verdadeira, acho que ela está errada. O médico legista falou na reunião que ele não tem que discutir construção de IML, ele tem que estar lá para servir como legista, que ele estava decepcionado e vai acabar pedindo para voltar para Belo Horizonte. Isto é um absurdo, o médico é a coisa mais difícil, não é construir o prédio, a prefeitura e o hospital têm dinheiro para isto. Não posso concordar definitivamente com isto. Outra coisa, vai esperar novamente morrer gente no Trevo dos Cristais, já morreram duas Senhoras lá, uma espatifada. Nós, daquela região, não aguentamos mais. Tem um TAC contra a Construtora Rossi que é obrigada a construir aquela porcaria daquela passarela. Tem a montagem lá de duas peças, a base somente. Na campanha eleitoral fizeram os tubulões e largaram uma ferragem armada próxima ao trevo. Ninguém, nem a prefeitura,



nem o Ministério Público, toma providências contra a Rossi, uma construtora que foi obrigada a assinar o TAC porque fez construções ilegais em Nova Lima. Não aguento mais a pressão do povo dos Cristais, do BNH, Chácara. As carretas passam a cem quilômetros, vai acontecer um desastre ali. Já pedi os quebra-molas, estão colocando próximo a Santa Rita, mas no trevo onde é necessário eles não colocam; colocaram perto do viaduto porque morreu uma criança atropelada que era irmã do Ailton Otinha, nosso amigo aqui. O Ailton caiu em cima e eles construíram. Eu estou prevendo um desastre porque ali descem vinte, trinta, quarenta pessoas do ônibus, se uma carreta daquelas desgovernar vai acabar com muitas vidas. Estou revoltado porque é obrigação do Ministério Público ter mandado construir esta passarela e os quebra-molas. Procurei o prefeito juntamente com o chefe de segurança e mostrei para eles, ‘tem que ir para o DER’, que vá ao DER e tome providências urgentes porque nós não aguentamos mais”. O vereador Fausto Niquini Ferreira afirmou: “concordo plenamente com o vereador José Guedes que Nova Lima, realmente, precisa da construção do IML, mas o Senhor está redondamente enganado. Concordo com a Dra. Ivana porque IML não deve ser, foi-se o tempo em que o hospital, onde falecia muitas pessoas, o cemitério era na porta do hospital. Hoje já está mais do que provado que tem ficar o mais afastado possível. Outra coisa, nós sabemos que tem inclusive um médico que prestou concurso para ser o legista em Nova Lima, mas realmente ele não trabalha aqui porque não tem onde trabalhar. Realmente vale a pena solicitarmos a construção do IML, viu José, gostaria de te dar esta informação porque realmente próximo ao hospital não pode construir”. O vereador



José Guedes disse: “que não seja colado, junto com o hospital. Olha o tamanho daquele terreno. O IML era atrás do hospital, funcionava no tempo do Paulo Damasceno, funcionou seis meses, não sei por que tiraram de lá, acabaram com o IML. Nova Lima já teve IML”. No Grande Expediente, a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou: “vou iniciar minha fala saudando todas as secretárias pelo dia de ontem. A data de trinta de setembro presta uma justa homenagem a esses profissionais que fazem toda a diferença em qualquer trabalho. Deixo um abraço especial para os nossos colegas secretárias e secretários. Quero deixar o meu abraço a todas as secretárias da Câmara Municipal e dizer que a gente tem o privilégio de conviver com vocês, com o trabalho tão exemplar que vocês executam aqui na Câmara. Quero parabenizar todas as secretárias e secretários do Município de Nova Lima, em especial os da Câmara Municipal e da rede municipal de ensino. Mas hoje, Senhor Presidente, eu não poderia deixar de reiterar o meu descontentamento para não dizer indignação, mas lamentar profundamente o polêmico requerimento aprovado na última reunião, quando esta Casa impede o Prefeito Municipal de enviar projetos, especialmente os de cunho financeiro que são de exclusividade do Executivo. Além de este requerimento ser um pedido inconstitucional, demonstra abuso de poder desta Casa, os cidadãos nova-limenses não podem ficar à espera de uma decisão judicial. As demandas da população são diárias e nós, vereadores, fomos eleitos justamente para a missão de fiscalizar e acompanhar, de perto, o cumprimento das leis em nossa cidade. Li, reli as competências do vereador no nosso Regimento e não achei nenhuma competência de impedir que o Executivo mande



projetos para esta Casa. Por isso, compreendo que deveríamos estar mais atentos para que a Câmara Municipal de Nova Lima não incida no mesmo erro e passe novamente pelo constrangimento de aprovar um requerimento que contradiz a legislação vigente. A nossa competência é votar, que o prefeito mande os projetos mais esdrúxulos, cabe a nós votar a favor ou contra ou abster-se. Fazemos aqui um trabalho sério e que, para ser respeitado, precisa estar sempre em consonância com a lei. Nova Lima tem prefeito sim e que trabalha muito pela população, haja vista sua luta pelo aumento dos royalties da mineração, a relação de absoluto respeito estabelecida com os mais diversos conselhos municipais e a inédita assinatura dos decretos de monumentos naturais das Serras e Morros da cidade, além da execução de muitas obras importantes, como a construção da Policlínica 24 horas no Jardim Canadá e da Unidade de Pronto Atendimento no Bairro Oswaldo Barbosa Pena, que deve ser inaugurada agora em dezembro de 2013. Qualquer pessoa em Nova Lima sabe que o Dr. Cássio Magnani Júnior é um homem correto, sério e de trajetória política impoluta, que foi construída com base no respeito e na dedicação exclusiva aos interesses do povo desta cidade. Por tudo isso, ele não só merece, mas deve ser respeitado por todos os cidadãos. As obras da cidade continuam, nós estamos vendo pavimentação em toda cidade, a primeira-escola está sendo construída no Jardim Canadá, reivindicação que nós cobramos insistentemente aqui na Câmara vagas para creche, está sendo construída também, já iniciada uma primeira-escola dentro do terreno da Escola Ana do Nascimento. As obras não param e não podem parar. O que eu sinto neste momento é uma disputa de campo político, uma disputa entre PMDB e DEM. Não





é uma disputa entre Cássio Magnani e Vítor Penido, é uma disputa de campo político, PMDB e DEM . Eu li uma nota em um jornal que me chamou a atenção: ‘Olho por olho. Se o pedido de cassação de Cassinho Magnani for aceito um dia no TSE, após passar pelo TER e por uma Copa do Mundo, Nova Lima pode ficar sem prefeito. Advogados afirmam que o segundo colocado na eleição, Deputado Vítor Penido, estaria impossibilitado de assumir o cargo por não ter as contas de campanha aprovadas. A ironia é que Penido pediu a cassação da Magnani. E este poderia lhe dar o troco depois’.

Senhor Presidente, se eu fosse o Senhor preparava o seu terno e a sua gravata porque Nova Lima não pode ficar sem prefeito e na impossibilidade, o Senhor estará assumindo a Prefeitura de Nova Lima. Por fim, deixo um recado para as pessoas que hoje ocupam cargos na administração municipal, mas que são ligadas ao Partido Democratas. Aqui eu gostaria de dizer para os meus dois colegas do DEM que eu tenho o maior respeito e o maior carinho por Dr. Fausto Niquini e por José Guedes, porque em todos os momentos eles têm mostrado uma sensibilidade ao nosso governo. Não vai aqui nenhuma crítica a vocês dois. Se há em curso uma disputa judicial do DEM contra o Governo do PMDB, seria mais íntegro que essas pessoas deixassem, imediatamente, a prefeitura. Acredito que esse gesto de nobreza e caráter garantiria a tranquilidade necessária para que a administração municipal possa seguir em frente”. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “vereadora Ângela Lima, o requerimento que gerou tanta polêmica foi solicitado por mim na semana passada, mas na verdade a Senhora não precisa ficar preocupada porque eu não tive nenhum dos meus requerimentos, até hoje nesta Casa,



respondido pelo prefeito. Requerimento, como eu já disse aqui, não é inconstitucional porque ele só é um pedido, requerimento não passa de um pedido ao Executivo, como vários e vários requerimentos já saíram daqui pedindo ao Executivo para tomar providências que cabe ao Executivo. É apenas um pedido, não estamos proibindo o prefeito de nada, é apenas um pedido que ele acata ou não, se quiser, até porque eu não tive nenhum dos meus requerimentos até hoje atendido. Inclusive, vou trazer as provas na próxima semana do tratamento que o prefeito tem dado aos requerimentos que eu tenho encaminhado a ele, requerimentos estes que são apenas pedidos da população de Nova Lima. Vou trazer na semana que vem e a gente estende mais este assunto, mas quero dizer que não precisa ficar preocupada porque nós não proibimos o prefeito de nada, apenas fizemos um pedido. Requerimento não é inconstitucional porque é um pedido, não é um projeto de lei, não é uma lei, não é um projeto autorizativo, é um pedido que foi aprovado por esta Casa e nós temos o direito de pedir. Pedir a gente pode, não faz mal a ninguém, quem não chora não mama”. O Senhor Presidente afirmou: “queria lembrar a vereadora Ângela Lima, não posso deixar de fazer uma observação em seu belo discurso, parece que a Senhora falou que a Casa é irresponsável por aprovar este tipo de requerimento”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira disse: “não usei a palavra irresponsável”. O Senhor Presidente registrou: “foi outra palavra, retiro a palavra irresponsável. A Senhora lembra a palavra que usou?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “eu falei ‘além do pedido ser inconstitucional, demonstra abuso de poder por esta Casa de impedir que o prefeito



mande projetos para esta Casa'. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “ficando bem claro que eu não estou impedindo”. O Senhor Presidente disse: “primeiro que esta Casa não tem abuso de poder porque ela tem autonomia para fazer qualquer requerimento e encaminhar para o Executivo. Bem disse o vereador José Guedes que os requerimentos não têm nenhum poder jurídico, tanto é que ele não responde para um monte de vereador, há um monte de requerimentos lá”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou: “Senhor Presidente, eu sei disto”. O Senhor Presidente falou: “não têm poder jurídico. Fizeram um lobby tão grande deste requerimento, mas tão grande, parece que querem fazer uma bomba estourar com uma coisa tão simples, o vereador pediu simplesmente que ele parasse com alguns projetos que fossem...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira completou: “parasse o governo”. O Senhor Presidente afirmou: “deixa eu terminar. Não foi esta a intenção do requerimento parar com tudo no município não. Quando o prefeito Carlinhos Rodrigues entrou, que o Vítor Penido estava saindo em 2004, nesta Casa houve quase a mesma coisa, pedindo que o Senhor Vítor Penido não fizesse este tipo de coisa apressadamente, para ter uma cautela, não é para parar o município. Quem somos nós para parar o município, a gente não consegue parar nem aquela estrada que fizeram lá e os prédios que estão aprovando, nós só conseguimos por meio de Promotoria Pública. Um requerimento simples de um vereador, votei porque que era uma coisa simples, sabia que não ia dar em nada e não vai dar, como não deu. Quero ressaltar a Casa porque a Casa pode fazer o requerimento que o vereador entender, ele tem poder para isto, é legítimo do vereador”. A vereadora



Maria Ângela Dias Lima Pereira disse: “Senhor Presidente, eu não estou questionando se a Casa pode ou não fazer requerimento, nós podemos fazer quantos requerimentos quisermos. Na época em que fui vereadora de 97 a 2000, Vítor Penido falava na nossa cara que não adiantava mandar requerimentos para ele porque ele rasgava todos. Estou falando com o Senhor que num momento desses pedir para o prefeito não mandar simplesmente porque estamos numa contenda judicial, mas a cidade não para”. O Senhor Presidente registrou: “não é culpa do prefeito. Secretário dele, às vezes, ele nem vai saber por que está com a cabeça quente com o problema jurídico dele, Secretário faz aquela debandada de aprovação, é isto que pediu mais nada. Mas se ele não quiser cumprir não cumpre porque requerimento não tem nenhuma força”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “eu coloquei aqui a minha posição e o meu sentimento”. O Senhor Presidente afirmou: “eu só defendi a Casa porque acho que a Casa tem poder para fazer requerimento”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira disse: “mas eu não falei que não tem poder para fazer requerimento. Eu, Ângela Lima, vereadora, achei um abuso de poder sim”. O Senhor Presidente registrou: “eu não concordo com a Senhora”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “mas eu achei. Tudo bem”. O Senhor Presidente afirmou: “é um direito da Senhora”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira disse: “é um direito meu e um direito do Senhor”. O Senhor Presidente registrou: “com certeza”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. \_\_\_\_\_